

PROCESSOS TRABALHISTAS IMPETRADOS PELOS TRABALHADORES CONTRA A EMPRESA S/A FRIGORÍFICO ANGLO 1943-1945

MÔNICA RENATA SCHMIDT¹; ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES²

¹Universidade Federal de Pelotas – monicarenata@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – aristeuufpel@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas informações contidas nos processos trabalhistas impetrados pelos trabalhadores contra a empresa S/A Frigorífico Anglo, no período de 1943 a 1945, ou seja, no contexto em que começou a vigorar no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essas leis destinam-se a regulamentar em detalhes o mundo do trabalho, seus artigos abrangem inúmeras categorias profissionais. Foram instituídas regras relativas, sobretudo, a condições de trabalho e disputas individuais e coletivas entre trabalhadores e empregados. Os processos integram o acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas e região, atualmente salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPEL). Compõe-se de cerca de 100.000 processos trabalhistas das décadas de 1940 a 1990. Sua origem são os autos findos, ou seja, processos trabalhistas já concluídos e que foram guardados pelo órgão responsável por mais de dez anos. Pertence também ao NDH o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), o qual corresponde ao período de 1933 a 1968. É composto por cerca de 630.000 fichas de qualificação profissional ou fichas espelho nas quais eram preenchidos os dados pessoais, físicos e profissionais declarados pelos trabalhadores ao identificador, no momento em que estes solicitaram a carteira profissional (LONER, 2010).

A pesquisa utiliza como referência a historiografia sobre a história do trabalho que sofreu transformações na década de 1980 e se fundamenta em autores denominados marxistas ingleses, especialmente Thompson e Hobsbawm. Tem por objetivo expressar as aspirações e crenças do trabalhador comum, o qual faz parte da grande diversidade dos operários não engajados existentes. Nesse sentido, os processos trabalhistas e as fichas de qualificação profissional utilizadas na feitura da carteira de trabalho no Rio Grande do Sul, são fontes valiosas para o estudo do trabalhador comum.

Após a Revolução de 1930 foi promulgada a maioria das leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, em termos das condições de trabalho (horário, férias, trabalho feminino e de menores); em termos das compensações sociais devidas a todos aqueles que participavam da produção (pensões e extensão dos benefícios de aposentadorias) e em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissões e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho). Esse momento é considerado um período-chave, no qual o Estado assumiu como categoria superior incontestável no processo de elaboração da legislação social, tentando através dela aumentar o contato com empregados e empregadores. Seu objetivo era ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do Ministério do Trabalho (GOMES, 2005).

Para THOMPSON (1987), a lei pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantem uma relação ativa e definida com as normas

sociais ou como um campo de conflito. Portanto, a lei pode ser vista instrumentalmente como mediadora das relações de classe existentes e, ideologicamente como sua legitimadora. Segundo French, a legislação trabalhista foi um relevante elemento formativo da cultura da classe operária no Brasil. Através dos ideais normativos da CLT, os trabalhadores buscavam converter o discurso legal em arma contra os empresários, ou seja, o aparato jurídico era acionado pelos trabalhadores por entenderem que o poder arbitrário do mundo da produção podia encontrar limites no campo jurídico. Ainda hoje, as leis trabalhistas se mantêm reais na medida em que os trabalhadores lutam para transformá-la de um ideal imaginário em uma realidade possível no futuro.

2. METODOLOGIA

Para o período de 1943 a 1945 foram encontrados aproximadamente 225 processos impetrados por trabalhadores contra a empresa S/A Frigorífico Anglo, nos quais houve variadas conclusões. Esse conjunto representa 45% do total de reclamações trabalhistas na cidade. As fontes que compõem a pesquisa foram divididas em três categoriais: processos impetrados por trabalhadores que trabalharam nas obras de reconstrução e ampliação dos edifícios do frigorífico; processos impetrados por trabalhadores das obras e que depois foram reaproveitados para outras atividades no interior da empresa e processos de trabalhadores que exerciam profissões especializadas e específicas em cada setor do frigorífico. Portanto, a presente pesquisa dará enfoque para essa última categoria de processos. Em um primeiro momento, foram analisadas as motivações para os processos, os tipos de ações trabalhistas, as profissões declaradas e a conclusão dos processos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está em andamento e este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso. Na Tabela 1, podemos ver o número de processos trabalhistas impetrados por ano contra a empresa S/A Frigorífico Anglo, um número significativo, visto que representa quase a metade do total de processos trabalhistas para a cidade de Pelotas nesse período.

Tabela 1 – Nº de processos impetrados por ano

Ano de início	Nº de processos
1943	04
1944	118
1945	103

Fonte: Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas (NDH-UFPEL).

Nesse estudo foram analisados os processos da terceira categoria, ou seja, aquelas ações movidas por trabalhadores que exerciam profissões específicas nos variados setores do frigorífico. Em relação as motivações para os processos, verificou-se que maioria dos trabalhadores estavam pleiteando na justiça indenização por demissão sem justa causa, pagamento de aviso prévio e reintegração na empresa com todas as vantagens da lei. Quanto aos tipos de ações movidas destacou-se o tipo de ação individual (ação movida somente um trabalhador), sendo menor o número de ações do tipo plúrima (ação movida por mais de um de trabalhador).

As profissões declaradas são variadas, a que mais aparece é operário, a qual não determina a função específica exercida pelo empregado. Aparecem em menor número profissões específicas tais como: graxeiro, picador, dessebador, capataz das câmaras de congelamento, ronda, entre outros. Também são mencionados em vez da profissão o setor no qual trabalhavam como, por exemplo: sala de matança, seção de salga, seção de miúdos quentes, seção de charque, trabalhador nas câmaras frias, entre outros. No que se refere a conclusão dos processos, destaca-se em sua maioria os processos finalizados por acordo entre o empregado e a empresa frigorífica, em seguida destacam-se as conclusões por arquivamento e improcedentes. Chamou a atenção o baixo número de processos que tiveram conclusão procedente.

São quase inexistentes os trabalhos acadêmicos que estudam o “trabalhador ‘comum’ que nunca se engajou numa greve, nunca integrou uma associação, nunca se interessou por ideias políticas voltadas à emancipação de classe. Como ele vivia, atuava, pensava? (SCHMIDT, 2007, p. 7)”. Segundo o autor, devemos proceder a uma nova produção de fontes sobre história operária do Rio Grande do Sul, a partir de outras perspectivas analíticas, de forma a ampliarmos as margens do que pode ser narrado. “Outros papéis, outros objetos, ao serem selecionados e produzidos como fontes, em novos guias e antologias, talvez possam permitir uma introdução mais verossímil do trabalhador comum em nossas narrativas (SCHMIDT, 2007, p. 8)”.

4. CONCLUSÕES

Até o momento, podemos concluir que a motivação para as ações trabalhistas contra o Frigorífico Anglo em sua maioria foram para pleitear indenização por demissão sem justa causa, pagamento de aviso prévio e reintegração na empresa. O tipo de ação trabalhista mais recorrente por trabalhadores do frigorífico foi a individual. No que tange a profissão podemos perceber uma significativa variabilidade, sendo a profissão de operário a que mais aparece nos processos. Na conclusão dos processos podemos verificar que ocorreu um grande número de acordos entre os trabalhadores e a empresa. A partir das informações aqui apresentadas, pretende-se fazer o cruzamento dessas fontes com o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, através dos dados contidos nas fichas de qualificação profissional será possível traçar um perfil mais detalhado dos trabalhadores do frigorífico. Almeja-se também compreender qual era a visão que os trabalhadores do frigorífico tinham a respeito da CLT e como usaram essas leis para pleitear os seus direitos junto a Justiça do Trabalho. A pesquisa também almeja entender como se davam as relações de trabalho entre os trabalhadores e os patrões da empresa. Nesse sentido, os processos trabalhistas são fontes valiosas para o estudo do trabalhador comum, não engajado. Finalmente, a pesquisa busca contribuir para a historiográfica do século XX referente à cidade de Pelotas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRENCH, John. **Afogados em Leis**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

LONER, Beatriz. O acervo sobre o trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

SCHMIDT, Benito Bisso. A produção historiográfica sobre a classe operária no Rio Grande do Sul – Balanço e perspectivas. **Simposio 25**: Estado actual de la investigación sobre mundos y mercados de trabajo, 2007. Acessado em 14 jun. 2014 Disponível em: http://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/CLADHE1/trabajos/Bisso_Schmidt_Benito_393.doc.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.